

## SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA ... ..	7
Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, <i>Estruturalismo e Dialéctica</i> ...	9
Alexandre Fradique Morujão, <i>Historicidade e Filosofia</i> ... ..	49
Berta Pimentel, <i>Razão vital e categorias históricas em Ortega y Gasset</i> ... ..	65
Carlos Pacheco Amaral, <i>Autonomia: uma aproximação na perspectiva da Filosofia Social e Política</i> ... ..	121
Francisco da Gama Caeiro, <i>O tema da Paz na obra de Santo António</i> ... ..	169
Isabel Carmelo Rosa Renaud, <i>Natureza e Liberdade</i> ... ..	187
Joaquim Cerqueira Gonçalves, <i>O Outro e a Filosofia em «Discours de la Méthode» de R. Descartes</i> ... ..	203
José Ferreira da Silva, <i>O Egocentrismo piagetiano: Ensaio de reavaliação</i> ... ..	215
José Henrique Silveira de Brito, <i>O aparecer do conhecimento em Levinas</i> ... ..	239
José Luís Brandão da Luz, <i>Fenomenologia e Psicologia</i> ... ..	253
Lúcio Craveiro da Silva, <i>Polémica sobre Francisco Sanches, Filósofo</i> ... ..	275
Manuel Cândido Pimentel, <i>A tese de 1912. Chaves para uma leitura de Leonardo Coimbra</i> ... ..	283
Manuel J. Carmo Ferreira, <i>Kant: «Interesse é aquilo pelo qual a Razão se torna Prática»</i> ... ..	299

## O TEMA DO CONHECIMENTO EM *L'ACTION* (1893) DE MAURICE BLONDEL

por

MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES

Comemora-se este ano o primeiro centenário de *L'Action* (1893), considerada por alguns como a obra maior de Maurice Blondel e indiscutivelmente a sua obra mais problemática. Apresentada a 7 de Junho de 1893, na Sorbonne, a tese de doutoramento do jovem Blondel trazia já consigo o estigma da controvérsia que se viria a desencadear. Com efeito, só graças à esforçada intervenção de Émile Boutroux, um dos seus professores, *L'Action* fora aceite para discussão. Em causa estava o próprio tema da «acção» que não era reconhecido como filosófico. A originalidade do autor e o ineditismo da obra estavam assim anunciados e a polémica instaurada.

A partir de então *L'Action* vê-se no centro de acesas discussões, suscitando intervenções empolgadas, provenientes de diversos quadrantes do meio cultural francês da época, e em particular dos filósofos universitários, que questionavam o carácter filosófico da obra, e da igreja católica, que averiguava a sua ordoxia. De um lado e de outro, o criticaram e o defenderam sem que, por vezes e em ambos os casos, tivessem compreendido a nova postura filosófica que se anunciava: a de uma filosofia concreta e integral. Surgiram assim múltiplas designações para caracterizar o pensamento blondeliano tais como imanentista, naturalista, dogmático, voluntarista, kantiano, moralista, apologético, anti-intelectualista. Sucessivamente, em vários escritos de circunstância e volumosa correspondência,



procurou Blondel esclarecer o sentido e alcance de *L'Action*, num esforço simultâneo por contrariar estas interpretações. Porém, nunca o terá conseguido satisfatoriamente, ou seja, de forma a dissipar a controvérsia, o que o constrangiu a suspender a sua participação e a enveredar por um período de reflexão e amadurecimento do seu pensamento.

Da «travessia do deserto», revigora-se a profundidade metafísica e a aspiração espiritual que, quarenta anos antes, haviam produzido *L'Action*. É o prosseguir, o desenvolver e o completar de um trabalho que se havia iniciado na juventude deste homem agora com setenta e três anos; é a persistência e autenticidade de uma mesma inspiração filosófica que sempre animou e orientou o filósofo: a unidade do pensar, ser a agir. É o surgimento da Trilogia — *La Pensée* (1934), *L'Être et les êtres* (1935) e *L'Action* (1936-37) — efectivo «complemento e prolongamento»<sup>1</sup> de um projecto filosófico de que a primeira *Action* constituía apenas um capítulo, um estudo inacabado, como o filósofo dirá então. Obras de grande fôlego, que nos impressionam pela pujança de um pensamento que se renova a cada instante na fundamentação e estruturação de um sentido traçado desde a Ficha-projecto de 5 de Novembro de 1882, não anularam as acusações dos que persistiam em criticá-lo, incapazes de acederem a uma doutrina que extravaza as fronteiras restritas da razão e rompe o domínio da objectividade, perscrutando a singularidade da intimidade subjectiva e projectando-se para o real na sua universalidade, mantendo-se permanentemente aberta ao novo e harmonizando a diversidade numa unidade heterogénea e dinâmica, concreta e integral.

Um dos textos mais severamente criticados de *L'Action* é o capítulo III da Parte V, capítulo ulterior à dissertação e apenas incluído na obra para a sua apresentação ao público<sup>2</sup> numa ten-

<sup>1</sup> Blondel, «Project de Préface pour 'L'Action'», in *Études Blondéliennes*. Paris, P.U.F., 1951, p. 10.

<sup>2</sup> De assinalar que já as três redacções provisórias de *L'Action*, anteriores a 1892, concluíam por uma ideia que, mais tarde, viria a constituir tema de «Le lien de la connaissance et de l'action dans l'être»: a aspiração natural do homem

tativa de acentuar o seu carácter metafísico (e a natureza intelectualista da reflexão). Blondel expõe aqui, e pela primeira vez, a sua perspectiva sobre o processo do conhecimento, não considerando, todavia, o tema *de per se* mas integrando-o naturalmente no estudo do desenvolvimento da acção e mostrando como o conhecimento se encontra implicado no dinamismo da acção.

Não sendo um dos temas maiores da bibliografia blondeliana, nem tão pouco vindo alguma vez a ser tomado em si mesmo ou sujeito a uma sistematização, o conhecimento constitui, não obstante, um tema constante de reflexão desde 1893, quando é introduzido na prossecução do estudo da acção, e até 1934, quando o filósofo apresenta o seu estudo sobre o pensamento, de que o conhecimento é apenas uma «fase mediana», sendo então aqui definitivamente superado. O tema do conhecimento afirma-se e prevalece como uma via de continuidade entre *L'Action* e a Trilogia.

### O surgimento do tema do conhecimento

A reflexão sobre o conhecimento não se encontrava, pois, contemplada no projecto inicial daquela tese, toda ela dedicada ao estudo da acção, à sua génese, desenvolvimento e termo. Vejamos, então, como o estudo da acção pode conduzir à reflexão sobre o conhecimento.

É na apercepção<sup>3</sup>, na consciência imediata que o eu alcança de si mesmo que, em rigorosa simultaneidade, ele alcança também

a Deus, em que o homem voluntariamente se realiza a si próprio, em função da opção, e cumpre o seu destino interno. Um capítulo III da Parte V surge na terceira redacção provisória (1890-1891) vindo a ser retirado da dissertação a conselho de Émile Boutroux.

<sup>3</sup> A apercepção, tal como Blondel a entende (numa concepção não só leibniziana, mas sobretudo biraniana), designa um conhecimento interior pelo qual o eu afirma a sua existência. Neste sentido, opõe-se ao conhecimento (intelectual) e à percepção (sensível), apelando à apreensão imediata, à consciência pré-reflexiva da interioridade de cada sujeito singular. A apercepção tem um significado dinâmico e prático. Ela própria é uma acção.



consciência da acção como um facto irreduzível e absolutamente inevitável na sua vida. Desde esse preciso instante o «nada» deixa de existir e, ainda como noção formal, tal conceito, já não apenas abstracto, mas autenticamente vazio, dilui-se e anula-se. A acção é e, ainda que se pretendesse, não haveria modo de a suprimir. Com efeito, a acção dá-se no homem de modo espontâneo, mesmo sem que este a deseje ou para ela contribua, e acarreta sempre consigo uma irrecusável responsabilidade, na medida em que a realização da acção é consubstancializadora do ser em que se realiza.

Na ausência de qualquer alternativa, percorre-se necessariamente o dinamismo constante e contínuo que vai de uma acção espontânea, cujo princípio é exterior ao sujeito, a uma acção reflectida, em que o sujeito procura tornar-se princípio e orientar a acção, e desta última a uma «acção teândrica»<sup>4</sup>, que obriga o homem a ultrapassar os seus limites e abrir-se a um plano transcendente. O progresso infinito da acção conduz o homem para além dos limites da pura racionalidade até ao limiar do sobrenatural, até à aceitação ou recusa da realidade deste último.

Quer a génese da acção, que é anterior ao seu aparecimento no homem e à consciência que este dela possui, quer o seu limite, situam-se respectivamente aquém e além da razão, num domínio infra e supra racional.

«Sim ou não a vida humana tem um sentido e o homem tem um destino?»<sup>5</sup> — é a questão que inaugura *L'Action* e que conduz

<sup>4</sup> Blondel utiliza a expressão «action théandrique», em *L'Action*, p. 403, com o intuito de destacar o papel da acção enquanto promotora de um ponto de encontro do homem com Deus, fruto da ascensão da vontade humana em relação à vontade divina. Ela designa «une synthèse de l'homme et de Dieu» (p. 371), uma acção voluntária em que *s'opère un secret hymen de la volonté humaine et de la volonté divine* (*Ibid.*, p. 371).

<sup>5</sup> «Oui ou non, la vie humaine a-t-elle un sens, et l'homme a-t-il une destinée?», *Ibid.*, p. VII — interrogação por que se inicia a tese francesa e que se mantém viva ao longo de toda a obra, só recebendo uma resposta cabal na última página.

o estudo da própria acção a desenvolver-se numa fenomenologia descritiva<sup>6</sup>. Este processo desemboca na questão que, ultrapassando o limite de legitimidade da ciência e da filosofia, se coloca com premência como o único termo possível para a energia infinita da acção. «É ou não é [o sobrenatural]? [...] 'É'»<sup>7</sup> — conclui *L'Action* abrindo-se, assim, a uma ontologia que, na tese impressa de 1893, não chega a ser desenvolvida.

*L'Action* consiste fundamentalmente no estudo da origem do irreprimível dinamismo da acção e do progressivo aumento do seu alcance através da sua expansão a todos os níveis do real.

O querer infinito da acção é o resultado da inadequação da dupla vontade que existe no homem: *volonté voulant* (vontade que quer) e *volonté volue* (vontade querida). A «vontade que quer» designa o aspecto activo do querer, sendo expressão da espontaneidade do determinismo no homem e da inevitabilidade do voluntário, exercendo-se como exigência de meios reais para cumprimento do necessário. A apercepção assinala o advento de uma «vontade querida» que ganha progressivamente sentido após o momento da opção face ao «Único necessário»<sup>8</sup> e da sua

<sup>6</sup> Em *L'Action* a reflexão blondeliana instala-se no plano fenomenológico: ultrapassando o nível da imediatez da experiência directa, insiste-se na seriação («fenomenologia descritiva» redundando num pleonismo) dos meios imanentes ao agir, ou seja, das condições inteligíveis da acção. A autonomia relativa do plano fenomenológico distancia-o do plano ontológico a que Blondel pretende aceder no final da sua dissertação.

<sup>7</sup> «Est-ce ou n'est-ce pas?» [le surnaturel]? [...] «C'est», *L'Action*, p. 492. É deste modo positivo e apontando o sentido de uma abertura suprema e permanente que aquela obra conclui.

<sup>8</sup> No decurso da dialéctica da acção o Transcendente, o Sobrenatural, Deus, são apresentados por Blondel sob a expressão «Único necessário»: «único» porque nada existe na série integral dos fenómenos de ordem natural capaz de satisfazer a vontade, e «necessário» porque exigido para a inteligibilidade dos já referidos fenómenos. O Sobrenatural é necessariamente exigido como termo da vontade do homem sem que este, contudo, tenha acesso directo àquele. A ordem sobrenatural só se tornará acessível ao homem por dom gratuito de Deus que, por seu lado, não tocará o homem se este não tiver, previamente e por progresso da sua vontade, sentido a necessidade de Deus. A graça sobrenatural não dispensa o homem de se esforçar.



aceitação, cuja consequência consiste no acatamento voluntário do determinismo.

A vontade, a acção, percorrem toda a realidade natural num esforço de satisfazer o seu querer sem que, todavia, a energia que lhes é própria se esgote ou a necessidade universal se cumpra. Para além do mundo natural, ganha realidade o mundo «sobrenatural», ou «transnatural», como mais tarde dirá Blondel.

A opção já não se coloca entre o aceitar ou negar o «Único necessário» como hipótese indispensável, tendo em vista a passagem quer de um determinismo sofrido pelo homem para uma necessidade voluntariamente cumprida, quer da hegemonia do *voulant* para o predomínio do *volu*; em suma, tendo em vista a concretização máxima da acção. A alternativa é agora aceitação ou recusa da sua realidade, da sua autenticidade.

É inevitável o desenlace do querer infinito da acção numa ontologia. A abertura à ontologia verifica-se a dois diferentes níveis: exigência da realidade do «Único necessário»; e exigência de objectividade dos meios imanentes ao desenvolvimento da acção. Ora, por um lado, estes aspectos não são independentes entre si, uma vez que a realidade dos fenómenos apenas é alcançada e autenticada a partir do «Único necessário»; mas, por outro, são questões que pertencem a domínios distintos, respectivamente, o da religião e o da gnoseologia. E todavia, em *L'Action* nunca se verifica uma real separação entre a realidade do «Único necessário» e a objectividade do real. Eis-nos, portanto, chegados ao âmbito da gnoseologia. O determinismo da prática conduz à exigência ontológica a qual, por sua vez, obriga Blondel a uma reflexão sobre o conhecimento.

Em suma, desde a descoberta da irredutibilidade da acção na consciência humana até ao despertar para uma reflexão sobre o conhecimento, o percurso blondeliano foi sendo traçado pela própria natureza da acção. Esta vai-se revelando sempre e cada vez mais como absoluta e total — cobrindo todas as dimensões do real e realizando sínteses mais integrais do real que concretiza e do ideal para que se orientou, cumprindo-o. É a acção, enquanto essencial-

mente mediadora e porque única capaz de desempenhar esta função graça ao seu dinamismo ímpar, que, nas sínteses ou unidades heterogêneas que vai construindo «entre o que queremos porque ainda não o somos e o que devemos ser porque o teríamos querido»<sup>9</sup>, confirma o que existe de ser e de verdade. É, afinal, mais uma vez o problema ontológico que o constante dinamismo da acção implica. Os fenómenos requeridos por uma necessidade interna da acção, como meios para a sua concretização e progresso, foram afirmados como reais mas apenas pela própria acção. Assim, a ordem empírica obtém somente uma fundamentação prática e uma legitimidade subjectiva. É a autenticidade desta mesma realidade que urge ratificar, o que só será possível mediante um processo de natureza porque dependente da acção. Torna-se, pois, indispensável reflectir sobre as relações objectivas que se estabelecem entre o sujeito que age e os fenómenos sobre os quais age. É esta dualidade de sujeito e objecto e a relação que entre ambos se estabelece que inaugura o domínio do conhecimento.

### A objectividade do real e a necessidade do conhecimento

«Le lien de la connaissance et de l'action dans l'être» introduz uma «renovação necessária de perspectiva»<sup>10</sup>. Da insuficiência da fundamentação prática dos fenómenos, realizada pela acção, passa-se para uma fundamentação teórica constituída pelo conhecimento. Ora esta «renovação de perspectiva» será, efectivamente, uma inversão de sentido no percurso que Blondel vinha traçando.

Ao longo de *L'Action*, o Filósofo havia desenrolado no determinismo contínuo que se dirigia de qualquer momento presente

<sup>9</sup> «[...] Et pour que cet mot [l'objet réel] ait un sens, il faut qu'il s'applique à ces synthèses hétérogènes et solidaires qui nous ont apparus comme des intermédiaires naturels entre ce que nous voulons, parce que nous ne le sommes pas encore, et ce que nous devons être, parce que nous l'aurons voulu», *L'Action*, p. 451. A afirmação da natureza dinâmica e da função mediadora da acção constitui uma das primeiras e fundamentais características do blondelismo.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 425.



até ao «Único necessário», numa via ascendente de plena expansão. Esta progressão correspondia a uma necessidade de facto da acção se realizar, pelo que nos aparecia como por ela fundada. Agora, porém, Blondel substituirá o que efectivamente era uma análise regressiva por um sentido sintético que, fundado na razão, mostrará como o determinismo parte de cima, do «Único necessário» e como a acção não o constrói, mas apenas o percorre. Isto equivalerá, segundo o autor, a manifestar a realidade objectiva do determinismo.

A metodologia a seguir é indicada no início do capítulo: «O que não tinha sido posto em face do pensamento senão como meios imanentes ao querer vai ser posto, fora da vontade, como fins imanentes ao pensamento»<sup>11</sup>. Com tal procedimento, Blondel pretende justificar a premência do problema da *objectividade do real colocado pela acção e asseverar a existência objectiva do real*, respectivamente.

No que se refere ao primeiro momento, em que o determinismo da prática enquanto tal é colocado perante o pensamento, conclui-se inevitavelmente pelo reforço da urgência da garantia de uma realidade objectiva. O pensamento percorrerá a série dos meios imanentes à acção, «o sistema completo das relações que estão intercaladas entre os dois extremos: do voluntário ao querido, do ideal concebido ao real operado, e da causa eficiente à causa final»<sup>12</sup> sem que nesta progressão algo surja de novo. Assim, se o determinismo da prática é total, tocando os dois extremos do real

<sup>11</sup> «Ce qui n'avait été posé, en face de la pensée, que comme moyens immanents au vouloir va être posé, hors de la volonté, comme fins immanentes à la pensée», *Ibid.*, p. 425.

<sup>12</sup> «Pour poser avec une précision et une compétence scientifiques le problème de la connaissance et de l'être, il faut auparavant avoir exactement déterminé le système complet des relations qui sont intercalées entre les deux termes extrêmes: du volontaire au voulu, de l'idéal conçu au réel opéré, et de la cause efficiente à la cause finale, les intermédiaires doivent être tous franchis avant qu'on ait le droit de se retourner et de voir, dans la fuyante succession des phénomènes,

—causa eficiente e causa final— e cobrindo todos os intermediários, nada lhe pode ser acrescentado. O exercício do pensar, aplicando-se aos meios imanentes do querer, enuncia um determinismo do pensar rigorosamente paralelo ao determinismo da prática.

Desta sorte, partindo da afirmação de um rigoroso determinismo do pensar, avança-se para a declaração da existência de uma «lógica da acção», ou seja, a existência de uma lei interna ao desenvolvimento do agir e do pensar, englobante de todas as leis do pensamento, mas também de todas as formas de acção, e de todas as expressões particulares de lógica. Aquela é uma *lógica total* na medida em que compreende tudo, inclusive o que nega, uma verdadeira *lógica geral* na medida em que opera como fundamento das outras disciplinas científicas<sup>13</sup>. Para Blondel, o papel desta «lógica da acção» será o de confirmar o encadeamento rigoroso e inteligível da prática, demonstrando em simultâneo a necessidade de uma solução única para o problema prático e teórico.

Uma «lógica da acção» será também a condição indispensável ou a abertura inevitável à constituição de uma «ciência da prática», «uma ciência verdadeira do destino humano»<sup>14</sup>, objectivo apontado para *L'Action* já no seu sub-título —«Essai d'une critique de la vie et d'une science de la pratique»— e que na conclusão é justificadamente cumprido. É na «ciência da prática» que se combinam as duas formas de abordagem do problema humano, a acção e o pensamento, os dois métodos, o empírico e o especulativo, os dois sentidos de um percurso em si mesmo uno, o ascendente e o regressivo, o sintético e o analítico, e que definitivamente se garante a indissolubilidade das questões ética e metafísica.

É tendo como pano de fundo a coincidência do determinismo do agir e do pensar que se esboça uma primeira forma de conheci-

la solidité même de l'être», *Ibid.*, p. 427. Quer o determinismo do pensar, quer o determinismo da acção, têm o ser como seu fundamento e suporte indispensável, cujo alcance, todavia, exige o percurso de um longo caminho.

<sup>13</sup> Cf. *Ibid.*, p. 471.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 474.



mento, um conhecimento do ser coextensivo ao determinismo percorrido e que corresponde afinal à necessidade que o agir e o pensar têm de ser sem que, no entanto, o possuam<sup>15</sup>. Se o determinismo da acção exigia já, como vimos, a realidade dos meios que lhe são necessários, agora é também o determinismo do pensar a exigir a verdade de todo este percurso comum. Por si mesmos, ambos são incapazes de fazer corresponder à necessidade dos fenómenos a sua realidade e verdade efectivas. O problema da objectividade do real coloca-se assim com dupla acuidade.

Apresentámos a premência da *objectividade do real* colocada pelo determinismo da acção e do pensar. Porém, ela é ainda reforçada pela noção de «subsistência objectiva» que, segundo o Filósofo, se constitui inevitavelmente no sujeito pelo concurso da vontade que anima a acção e pelo entendimento que define o pensar. Com efeito, o sujeito afirma a existência do fenómeno na medida em que se verifica que aquele é apontado como tal, quer na coincidência do paralelismo rigoroso e absoluto do determinismo do agir e do pensar, quer no ponto de intersecção ou de convergência do «necessário» e do «querido». Ou seja, por um lado, a realidade do fenómeno é-nos necessária como meio para a actividade da própria acção e impõe-se-nos pela unidade do determinismo; por outro, o que nos é necessário pode ser sofrido como tal ou voluntariamente querido, a partir da livre opção perante a qual nos coloca. Esta noção de «subsistência objectiva» é verdadeiramente uma *certeza subjectiva da objectividade do real* que vai ganhando consciência à medida que se vai realizando

<sup>15</sup> Destacamos aqui o texto que, a nosso ver, define uma primeira forma ou nível de conhecimento a que o sujeito acede: «Puisque l'inévitable déterminisme de l'action, enveloppant toute la suite des moyens nécessaires, nous amène forcément à ce terme, il en résulte qu'il y a en nous une connaissance certaine de l'être, à laquelle nous ne pouvons nous dérober; et même cette connaissance, qu'elle soit explicite ou non, est coextensive à son objet; d'où l'on peut dire qu'il y a entre l'être et le connaître une absolue correspondance et une parfaite réciprocité [...], *Ibid.*, pp. 427-8.

duplamente (pela necessidade e pela vontade) nos objectos concretos<sup>16</sup>.

Passemos à elucidação do segundo momento antes programado pelo autor para «Le lien de la connaissance et de l'action dans l'être». Trata-se de garantir efectivamente a *existência objectiva do real*, o que Blondel procurará conseguir libertando a afirmação dos fenómenos da dependência da vontade. Na verdade, os fenómenos que primeiramente foram indicados como meios imanescentes ao querer e depois vieram a ser integrados na série do determinismo do pensar, enquanto este coincide com o da prática, encontram-se em ambos os casos subordinados à vontade. É esta que os define e sustenta. Porém, uma vez perspectivados fora da alçada da vontade, os fenómenos serão afirmados apenas pelo pensamento, como meios imanescentes ao pensar, e resultando de um percurso sintético.

Assim, será através do exercício do conhecer que se procurará assegurar a objectividade do real, e é neste contexto que surge a necessidade de um conhecimento que seja objectivo para que ele próprio garanta a existência objectiva do real. Veremos, mais tarde, que os fenómenos definidos somente a partir dos meios imanescentes ao pensar reflectem uma necessidade interna e que, tal como já fomos sublinhando, não há uma resolução independente dos problemas teórico e prático, pelo que o conhecimento só será efectivo considerando também a acção, a vontade.

<sup>16</sup> Um dos textos de «Le lien de la connaissance et de l'action dans l'être» que melhor define os parâmetros em que a reflexão decorre, bem como as vertentes que explora é o seguinte: «[...] la nature des choses nous apparaît come une réalité objective parce qu'elle s'impose à nous par l'unité du déterminisme et parce qu'elle nous impose une libre option; ces deux aspects, vraiment solidaires, du problème sont également indispensables à toute conception d'existence réelle. Pour arriver à la simple *idée* d'une subsistance objective, il faut que cette notion soit assurée par un double acte d'entendement et de volonté», *Ibid.*, p. 431.



Em «Le lien de la connaissance et de l'action dans l'être», o autor define dois níveis de conhecimento, o «conhecimento subjectivo da verdade» e o «conhecimento privativo da realidade», e alude a um terceiro que não chega a desenvolver, muito embora o volte a referir na conclusão da obra, «um conhecimento acabado»<sup>17</sup>. Vejamos sistematicamente como é que cada um se forma e qual o traço específico que os diferencia.

O «conhecimento subjectivo da verdade» (a que já antes nos referimos indirectamente) constitui-se pela ascensão do pensar paralela à do querer, ou seja, pela progressão do determinismo do pensar. Neste sentido, ele é involuntário, necessário e também subjectivo: *involuntário* porque implicado pela ascensão do pensar *necessário* porque incide nos meios imanentes do pensar, e *subjectivo* porque anterior à opção que ele próprio vem a colocar. O «conhecimento subjectivo da verdade» corresponde à ratificação, pelo pensar, da exigência de objectividade antes pronunciada pelo querer. O seu alcance é o da representação dos objectos no sujeito<sup>18</sup>.

Como que respondendo à incapacidade de objectividade do primeiro avança-se para o segundo nível, o «conhecimento privativo da realidade». Este é posterior a uma livre adesão ao «Único necessário» e no determinismo já percorrido vai agora, numa via descendente, eliminar tudo o que era voluntário, deste modo adquirindo consciência do que efectivamente é necessário não para si mas em si. Anulado tudo o que resultava de um processo voluntário, supprime-se a representação da realidade no sujeito. Sucede-se a afirmação de uma realidade exterior ao sujeito.

<sup>17</sup> Cf. *Ibid.*, p. 440 e também, já na «Conclusão», p. 486.

<sup>18</sup> «La première [conhecimento], en effet, celle qui pose nécessairement le problème et nous procure une vue intégrale, quoique souvent confuse ou réduite, de l'ordre universel, n'est encore qu'une représentation de l'objet dans le sujet; ou pour mieux dire (afin de marquer nettement l'origine de cette vérité subjective), ce n'est que la production par l'homme de l'idée que les objets de sa pensée et les conditions de son action sont forcément réelles», *Ibid.*, p. 438.

O «conhecimento privativo da realidade» corresponde à determinação *do que é no que está feito*<sup>19</sup>.

Assim, concluímos que estes dois níveis de conhecimento, distintos no seu ponto de partida mas coextensivos no seu percurso, se diferenciam quanto à sua natureza pela relação que cada um mantém com o ser. Enquanto ao primeiro corresponde uma representação subjectiva do ser, o segundo manifesta a privação que dele sofre, pois o ser, sendo efectivamente, mantém-se exterior como tal.

Convém, todavia, notar que a «privação» tem um sentido positivo na filosofia de Blondel. Consistindo sempre numa privação de cariz ontológico, enquanto distanciamento do sobrenatural ou ausência do ser, é na medida em que o sujeito toma consciência da mesma que ele desencadeia um movimento tendente a supri-la, ou seja, a concretizar a posse que se lhe opõe. Eis por que Blondel contraria Aristóteles no que se refere à realidade de uma lógica da afirmação e da contradição, e preconiza uma lógica da *privação* e da *posse*, a única, a seu ver, capaz de progredir em direcção ascensional na via do ser<sup>20</sup>.

Passando do primeiro para o segundo nível de conhecimento, o Filósofo afasta-se do plano da fenomenologia da acção e avança para o da ontologia, graças à inversão de percurso que a opção, face ao «Único necessário», lhe permite. Isto equivale a dizer que uma vez terminado o encadeamento total das acções, este será percorrido no sentido contrário. Estamos perante uma forma de

<sup>19</sup> «La seconde de ces connaissances, celle qui succède à la détermination librement prise en face de cette réalité nécessairement conçue, n'est plus seulement une disposition subjective; au lieu de poser le problème pratique, elle traduit la solution dans notre pensée; au lieu de nous mettre en présence de ce qui est à faire, elle recueille, dans ce qui est fait, ce qui est», *Ibid.*, p. 438.

<sup>20</sup> Blondel desenvolverá este tema primeiramente em «Logique de la vie morale», pp. 132-3, retomando-o depois, três décadas mais tarde, em *L'Être et les êtres*, p. 470.



conhecimento regressivo cujo valor lhe advém do seu ponto de partida: a opção. É mediante esta que se abre caminho para o «Único necessário» e que, por isso, se determina a própria possibilidade de um conhecimento real. Este é também o momento em que se cumpre a anunciada passagem de um processo analítico, que desenvolvia a certeza prática, para um processo sintético que toma o «Único necessário» como fundamento de uma autenticidade ontológica.

A validade alcançada pelo «conhecimento privativo da realidade» está pois subordinada, já não ao dinamismo irreprimível da acção, mas à afirmação do «Único necessário». Ora, assim sendo, é o total percurso sintético do pensar, é todo o itinerário fundado na razão, que encontram o seu alcance legitimado. Ou seja, os meios imanentes ao pensar são agora convalidados como reais, na sua integralidade, e o conhecimento que deles se possui ratificado como verdadeiro. À realidade afirmada subjectivamente sucede a realidade objectiva, e o conhecimento necessário e subjectivo desta cede lugar ao seu *conhecimento verdadeiro*.

Desta sorte, o segundo nível do conhecimento aparenta um sucesso total, situação que, todavia, não se prolonga devido a duas ordens de factores.

Primeiramente, apesar da convalidação do «Único necessário» ser extensiva a esse percurso sintético do pensar e, por consequência, aos meios imanentes do querer, não pensamos que o seu alcance ultrapasse a determinação da objectividade do real. Vimos que as coisas são em si e existem como tal exterior e independentemente do sujeito e da sua vontade. É este o sentido de objectividade. Contudo, nesta etapa do itinerário blondeliano, não temos ainda dados que nos garantam que possuímos um conhecimento objectivo da realidade, dessa realidade que é ela própria objectiva enquanto subsistente em si.

Blondel concluirá a propósito do conhecimento privativo da realidade: «É pois verdadeiramente um conhecimento objectivo, [...] o que, antes da opção consumada não era ainda senão visão do espírito, torna-se depois consciência de uma lacuna real e, se

assim podemos dizerr, de uma privação positiva»<sup>21</sup>. Porém, perguntamos, essa realidade, cuja existência autónoma do sujeito é assegurada pelo «Único necessário» sendo por isso objectiva, não se coloca ainda perante o sujeito, no acto de conhecer, em função do seu voluntário assentimento de Deus? E o sujeito considerado até ao momento não é sempre o homem singular que intervém com a sua experiência pessoal? Cremos que sim. O conhecimento que possuímos da realidade não é objectivo. Afinal, a atribuição de objectividade ao fenómeno exige a sua subsistência exterior e independente do sujeito; mas o conhecimento objectivo do mesmo exige a sua validação com carácter universal.

Em suma, o que Blondel conseguirá através do «conhecimento privativo da realidade» é assegurar a objectividade do real ou, se preferirmos, um conhecimento objectivo da existência do real, *de que ele é* mas não *do que ele é*. No entanto, o itinerário que aí conduz o homem é subjectivo. E também se não verifica ainda a posse do real, um conhecimento da essência do real, que deverá caracterizar a terceira forma de conhecimento a que já fizemos referência, o «conhecimento acabado» ou «possessivo»<sup>22</sup>, autêntico corolário do «conhecimento privativo da realidade». Assim, denotamos uma objectividade ontológica na medida em que se afirma a subsistência do real exterior e independente do sujeito, mas contestamos a existência de uma objectividade gnoseológica, em virtude do processo de conhecimento ser ainda e sempre subjectivo e de não chegar a alcançar o que a realidade é.

<sup>21</sup> «C'est donc vraiment une connaissance objective, même alors qu'elle est réduit à constater le déficit de l'action. Car ce qui, avant l'option consommée, n'est encore que vue de l'esprit, devient, après, conscience d'une lacune réelle et, si l'on peut dire, d'une privation positive», *L'Action*, p. 438. Deste texto podemos reter duas afirmações complementares: a de que a objectividade é assumida como exterioridade; e a de que o conhecimento e o ser, se bem que solidários, permanecem diferentes.

<sup>22</sup> Esta formulação de Henri Bouillard, presente na sua obra *Blondel et le Christianisme*, Paris, Seuil, 1961, p. 154, destaca perfeitamente a característica fundamental do «conhecimento acabado», perfeito na concepção blondeliana.



O desfasamento entre o gnoseológico e o ontológico é aqui uma constante na medida em que só um «conhecimento acabado» poderia anular essa diferença e só será verdadeiramente «acabado» quando for ontológico.

Se as dificuldades que detectámos no processo de determinação da objectividade do real e do seu conhecimento objectivo não parecem ser inteiramente consciencializadas pelo Filósofo, ele virá a mostrar-se sensível em relação a uma outra deficiência que é o próprio a apontar ao «conhecimento privativo da realidade», a saber, a ausência do real, de ser no sujeito. Recapitulemos.

No «conhecimento subjectivo da verdade» a realidade estava no sujeito sob a forma de representação. No conhecimento privativo da realidade, esta mesma permanece-lhe exterior, assim garantindo a sua objectividade. Ora, uma só forma de conhecimento, diversa daquelas, poderá deter a realidade, realizar a coincidência do ser e do conhecer, em suma, constituir-se também como o verdadeiro e genuíno conhecimento objectivo. Unicamente uma nova forma de conhecimento, um «conhecimento acabado» fará convergir em si «a visão do verdadeiro e a inteira posse do real», isto é, fará coincidir a verdade que o entendimento determina e a realidade que a acção propõe. É na prossecução deste intento que Blondel se virá a empenhar na parte final do capítulo em causa.

### O conhecimento subjectivo da objectividade

A partir deste momento, o tema do conhecimento deixa de ser perspectivado, em «Le lien de la connaissance et de l'action dans l'être», apenas como um requisito da acção e com a função exclusiva de garantir a objectividade do real (pp. 424-450). O que agora se vai impor é fazer assimilar ao sujeito o real que lhe permanece exterior.

Assim se verifica, podemos dizê-lo, uma nova inversão no sentido do percurso blondeliano: se anteriormente se passava de um sentido ascendente para um descendente, agora passa-se de

um movimento de exteriorização, em que se elimina a representação subjectiva que o homem possui do real e se afirma este como exterior e autónomo de qualquer consciência, para um movimento de interiorização, de assimilação, que visa a posse do real pelo sujeito (a partir da p. 450).

«Como é que o que é conhecido como objectivo subsiste objectivamente tal como é subjectivamente afirmado e querido?»<sup>23</sup> — eis o problema que agora passará a orientar a reflexão de Blondel, e cujo propósito de resolução se integra no esforço geral do capítulo, ao mostrar o concurso do conhecimento e da acção na determinação do ser, tal como é expressamente indicado pelo seu título. Será na prossecução deste propósito que o Filósofo procederá a uma nova definição de «realidade objectiva» e, de seguida, à eliminação da «coisa em si».

A afirmação da realidade objectiva, resultante do exclusivo exercício sintético do pensar e por isso se definindo como exterior e independente do sujeito, inviabiliza um conhecimento acabado ou perfeito da mesma. Este exigiria, como já o dissemos, a coincidência da visão e da posse do real. Desta sorte, impõe-se a necessidade de reintegrar o processo do entendimento na vontade, na acção que, em virtude da sua natureza dinâmica e da sua função mediadora única, coloca em nós o que antes não era de nós<sup>24</sup>. Assim, o que está em causa é a possibilidade de um

<sup>23</sup> «Qu'on analyse donc, sous la forme où elle est nécessairement conçue, l'existence objective: jamais on ne pourra la placer ailleurs que là. C'est, pour nous, une nécessité qu'elle soit; et il faut qu'elle soit ainsi: dans la conviction spontanée de tout homme, elle n'a point d'autre sens. La vérité et l'être ne peuvent être dans ce qui n'est connu, ni même connaissable; il faut que ce qui est connaissable soit ce qui est. Comment ce qui est connu comme objectif subsiste-t-il objectivement tel qu'il est subjectivement affirmé et voulu? voilà donc le point à éclaircir», *L'Action*, p. 451. Blondel admite, pois, explicitamente a incapacidade que até ao momento se tem verificado para afirmar a existência objectiva de outra forma que não seja por necessidade da mesma e subjectivamente.

<sup>24</sup> É em virtude da capacidade de iniciativa mediada pela acção que se lhe torna possível assimilar à realidade do sujeito o que antes era exterior a este.



«conhecimento acabado» e, ainda primeiramente, uma nova definição de «realidade objectiva» que permita o acesso e a posse do ser pelo sujeito ou seja, que não subsista objectivamente apenas enquanto exterior ao sujeito.

«Por um lado, a ordem completa dos fenómenos, na medida em que nós temos dela um conhecimento necessário, está implicada em toda a acção humana; e a própria ideia que temos da sua existência objectiva é gerada em nós. Por isso, este conhecimento necessário é subjectivo. Por outro lado, este determinismo total do pensamento e da natureza, na medida em que a acção aí procura o seu alimento e os seus fins, é reintegrado na vontade de que tinha parecido ser uma produção espontânea. Por isso mesmo este conhecimento e esta posse voluntária do objecto é subjectiva ainda»<sup>25</sup>.

Aqui o paralelo que se estabelece é entre o primeiro e o segundo níveis de conhecimento, ambos subjectivos em virtude de integrarem em si o contributo da vontade do homem e a actividade que este desencadeia. Porém, se no primeiro caso o sujeito apenas possui em si a representação subjectiva do objecto, no outro, a realidade, ela agora já determinada como objectiva, é assinalada pelo sujeito enquanto fim a ser apropriado pela sua vontade.

A prática é de novo chamada a intervir na determinação da realidade objectiva e no processo do conhecimento, confirmando-se a esterilidade da separação entre a teoria e a prática.

<sup>25</sup> «D'une part, l'ordre entier des phénomènes, dans la mesure où nous en avons une connaissance nécessaire, est impliqué dans toute action humaine; et idée même que nous avons de son existence objective est engendré en nous. Par là, cette connaissance nécessaire est subjective. — D'autre part, ce déterminisme total de la pensée et de la nature, dans la mesure où l'action y cherche ses aliments et ses fins, est réintégré dans la volonté dont il avait paru être une production spontanée. Par là même, cette connaissance et cette possession volontaire de l'objet est subjective encore», *L'Action*, p. 450. Destacamos este trecho para corroborar a importância que atribuímos à declaração feita por Blondel da subjectividade inerente aos dois níveis de conhecimento, a qual, no entanto, é tardia no conspecto geral do capítulo. Esta conclusão encontrava-se já implicada nas exposições antecedentes, como fizemos notar.

A *subjectividade* atribuída ao determinismo afirmado espontaneamente pela vontade não é idêntica à subjectividade atribuída a um determinismo que, afirmado necessário independentemente da vontade humana, é por esta absorvido para a sua efectivação. Se ambos os conhecimentos são subjectivos não o são igualmente e «é entre estes elementos subjectivos que se coloca o que é próprio e realmente objectivo»<sup>26</sup>. E Blondel precisa: «A diferença destes dois termos subjectivos, tal é exactamente o objecto real»<sup>27</sup>.

Ao determinismo da acção e seu necessário conhecimento subjectivo contrapõe-se o entendimento que definiu, nos meios imanes da acção, o que objectivamente era real e, deste modo, independente e exterior ao sujeito. Na recuperação que a vontade faz dos seus meios imanes, na reintegração do real no sujeito, confirma-se a objectividade desse mesmo real, uma vez que este ao ser querido assinala a sua ausência do sujeito, e assim se verifica o seu conhecimento completo, uma vez que o real não só é em si mas também para o sujeito. O ser é, por isso, determinado no ponto de convergência do conhecimento e da acção.

Parece que o entendimento só por si, apesar de lograr a determinação da realidade objectiva, não o faz de modo completo e irrepreensível. Duas deficiências prevalecem, requerendo-se a sua superação. São elas: a natureza abstracta da definição do real, correspondente ao exercício exclusivo do pensar; e a ausência de uma implicação total, universal que considere a integralidade do percurso concreto e singular entre Deus e o homem. Evidencia-se, deste modo, a necessidade da nova definição da realidade objectiva — como dissemos —, definição em si mesma subjectiva uma vez que aponta para a síntese heterogênea e solidária entre o que queremos e o que quisemos<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> «Or c'est entre ces éléments subjectifs que se place ce qui est proprement et réellement objectif», *Ibid.*, p. 450.

<sup>27</sup> «La différence de ces deux termes subjectifs, tel est exactement l'objet réel», *Ibid.*, p. 451. A identificação do «objecto real» no ponto de intersecção de duas subjectividades põe em causa, quanto a nós, a própria objectividade daquele.

<sup>28</sup> Cf. *Ibid.*, p. 451.



A esta afirmação de uma «realidade objectiva», acresce a premência da enunciação de um processo que garanta a sua subsistência objectiva no âmbito da própria subjectividade. A ordem das razões revela-se agora complexa. Blondel prossegue dizendo que a realidade em si e em nós, ou seja, enquanto objectiva ou subjectivamente afirmada, é idêntica. Este aspecto fundamenta-se, primeiramente, na eliminação da hipotética existência de uma realidade não cognoscível. O Filósofo dirá que só o cognoscível encerra verdade e ser e que um eventual incognoscível seria totalmente isento de realidade. Se apenas o conhecido ou cognoscível é real, esse coincide com o próprio fenómeno, pelo que ele é ratificado como ser. Consequentemente, a «coisa em si», em sentido kantiano, dilui-se na sua inviabilidade.

Perante a coincidência do fenómeno e do ser e a sua evidente identidade com a realidade objectiva, reforça-se a concepção desta última como domínio que se define na síntese do sujeito e do objecto, na combinação de actividade e de passividade, na intersecção do «para nós» e do «em si», da subjectividade e da objectividade, o que Blondel nos assegura dizendo:

«É pois porque a razão é imanente ao sensível e o sensível imanente à razão, que estes fenómenos têm uma subsistência própria. Eles são porque a razão os vê e penetra o segredo da sua produção. Eles são porque os sentidos os sofrem e se tornam passivos da sua acção. O seu ser consiste precisamente no que opera a unidade sintética desta dupla existência.»<sup>29</sup>

<sup>29</sup> «C'est donc parce que la raison est immanente au sensible et le sensible immanent à la raison, que ces phénomènes ont une substance propre. Ils sont, parce que la raison les voit et pénètre le secret de leur production. Ils sont, parce que le sens les subit et devient passif de leur action. Leur être consiste précisément dans ce qui fait l'unité synthétique de cette double existence», *Ibid.*, p. 455. Blondel acrescentará ainda: «Les choses sont sans moi, comme elles sont par moi et comme je suis par elles», p. 458, o que, mais uma vez, confirma o âmbito de subjectividade em que se determina a realidade objectiva.

Ora, quer a nova formulação de realidade objectiva, quer a anulação da «coisa em si», são, em «Le lien de la connaissance et de l'action dans l'être», simultaneamente meio e consequência do que de mais importante neste capítulo o autor nos oferece: uma nova concepção de conhecer que, na sua forma acabada, se caracteriza por, ao pretender alcançar plenamente a objectividade, exigir a assimilação do real ao ser do sujeito que conhece. A originalidade deste novo modo de conhecer radica, em última instância, na indissociabilidade do agir, do conhecer e do ser, uma vez que se a acção implica a necessidade do conhecimento, o conhecimento do ser não se verifica sem o concurso da acção e é na convergência do conhecimento e da acção que se determina o ser.

É óbvia a implicação mútua das razões formuladas, o que origina a fragilidade de algumas das posições assumidas, posteriormente sujeitas a críticas. O facto do interesse fundamental do capítulo em análise ser de natureza ontológica, relega para um plano secundário uma reflexão aprofundada sobre o conhecimento, o que justifica o seu menor grau de elaboração e também o que consideramos ser uma insuficiente maturação da doutrina inédita que o Filósofo expõe — razões que contribuem para a dificuldade de compreensão da *teoria do conhecimento* apresentada em «Le lien de la connaissance et de l'action dans l'être».

### Especificidade da perspectiva blondeliana sobre o conhecimento

Procurando destacar os traços que melhor caracterizam esta perspectiva inédita sobre o conhecimento, referimo-nos primeiramente ao constante inter-relacionamento, e atrevemo-nos a dizer, a imbricação da objectividade e da subjectividade — aspecto, aliás, sobre o qual temos vindo na insistir pelas dificuldades que suscita. A proximidade entre a objectividade e a subjectividade foi-se, inegavelmente, estreitando e dirigindo para a valorização da segunda. Blondel reivindica a objectividade dos fenómenos que um sujeito singular afirma enquanto tais, quer a partir da certeza



que lhe confere a imediatez e a evidência com que os fenómenos se lhe apresentam, e cujo fundamento reside na necessidade dos mesmos, quer na legitimidade que procura no «Único necessário» e alcança por mediação da opção. E porque, após a determinação da realidade objectiva, Blondel avança para além do conhecimento objectivo da existência dos fenómenos para um «conhecimento» acabado», um conhecimento do que o real é objectivamente (conhecimento que não deixa ainda de ser subjectivo em virtude do processo por que se realiza), ele defende a possibilidade de subsistência da objectividade na própria subjectividade<sup>30</sup>. Com efeito, *objectividade* e *subjectividade* não são qualidades isoláveis entre si ou realidades que alguma vez se apresentem em estado puro, dado que a segunda se confirma pela primeira e esta é ratificada pela segunda.

É na própria subjectividade que se cumprem as sínteses originais que se têm vindo a operar entre o que nos é exterior e o que nos é interior, entre as duas formas de conhecer, entre a acção e o pensamento, no âmbito das quais Blondel situa a objectividade e descobre a realidade objectiva. O subjectivo é um princípio de unidade interna. Por isso ele se revela como condição de realização, quer da síntese *a priori* em que a prática consiste, quer de uma síntese teórico-prática em que a objectividade da realidade objectiva se destaca e em que o verdadeiro conhecimento surge. Não há, pois, *conhecimento* fora do âmbito da *subjectividade*.

Blondel defenderá esta posição sem se apoiar no esquema kantiano ou resvalar para um idealismo. Para tanto contribui: a identificação do fenómeno e do ser; a anulação do incognoscível; e a afirmação do sentido supremo do conhecimento como *subs-*

<sup>30</sup> A dualidade objectividade/subjectividade é entendida por Blondel a par de outras, como por exemplo a de ser/fenómeno, no âmbito de uma perspectiva analítica e de uma linguagem abstracta, cujos limites se esbatem no plano concreto da vida. Cf. colaboração de Blondel para o *Vocabulaire* de Lalande, em 1913, a propósito do termo «Phénomène».

*lencial*, ou seja, a afirmação do «conhecimento acabado» ou perfeito como aquele em que a visão e a posse do real coincidem.

Daqui concluímos a tendência dominante para a subjectividade que, em Blondel, corresponde exactamente ao esforço de tudo reconduzir à realidade do sujeito<sup>31</sup>, não porque as coisas não sejam em si fora do sujeito ou porque sejam diferentemente no sujeito, mas sim para que o sujeito seja ele mesmo diferente, para que o sujeito se transforme pela posse do conhecido (conhecimento substancial). A perspectiva ontológica sobrepõe-se aqui à gnoseológica.

Concluímos também pela originalidade da concepção de «conhecer» em análise, o que constitui uma outra dificuldade, além daquelas a que anteriormente fizemos referência, para a exacta compreensão do tema do conhecimento. Esta originalidade desde há muito vem sendo destacada neste estudo, a partir de indícios vários, tais como: a relação entre subjectividade e objectividade; a exigência de assimilação, de recondução do real exterior à interioridade do sujeito; em suma, através da formulação de um «conhecimento acabado». É a este terceiro nível de conhecimento, o menos explicitado quanto à sua especificidade que se dá o verdadeiro conhecimento e se cumpre plenamente o acto de conhecer<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Veja-se a contribuição de Blondel para o *Vocabulaire* de Lalande, em 1917, a propósito do termo «Subjectif»: «C'est ainsi qu'on a été conduit à nier indûment le caractère scientifique, universel, «objectif», de l'étude même du sujet; [...] Rien de plus faux: car à ceux qui n'admettent d'objectif, de scientifique, que l'object en tant qu'étranger au sujet pensant et agissant, on pourrait à plus juste titre reprocher de lâcher la proie, sinon pour l'ombre, du moins pour les formes les moins pleines de substance nourrissante, où même d'ériger ce qu'il y a d'inadéquat ou de symbolique dans les représentations sensibles ou notionnelles en seul réalité, où détriment des véritables êtres métaphysiques et des vérités morales et spirituelles.»

<sup>32</sup> Transcrevemos aqui a contribuição de Blondel para o *Vocabulaire* de Lalande, em 1903, a propósito do termo «Connaissance», pelo interesse que têm as distinções que ele aí estabelece: «Je distinguerais: 1° l'acte de connaître, subjectif; 2° le fait de connaître (rapport du sujet à l'object); 3° le résultat, détaché par



O conhecimento só é verdadeiro quando, para além de um processo abstractivo, de um puro exercício da razão, ele é sobretudo uma relação entre a razão e a vida, entre o entendimento e a acção, cumprindo a dimensão concreta que o caracteriza quanto à sua ambição de universalidade e ao seu empenho na singularidade. O *acto de conhecer*, subjectivo, caracteriza-se fundamentalmente pela dimensão ontológica e ética que possui no momento em que o sujeito assimila a realidade que lhe é exterior, pela consubstancialização no ser humano do fenómeno a que acedeu, na consumação do seu destino transcendente através do percurso integral do determinismo que o conduz a Deus, mediante a opção. Em síntese e citando Blondel: «Conhecer é ser o que se conhece, é produzi-lo, tê-lo, convertê-lo em si. *Sumus quod videmus*»<sup>33</sup>.

São estes últimos aspectos indicados que se mantêm constantes ao longo da obra de Blondel, como parâmetros entre os quais a reflexão sobre o conhecimento se vai precisando e evoluindo, e também domínio em que o estudo do pensamento vai ganhando expressão. É o futuro «pensamento pneumático», de *La Pensée*, que começa a tomar forma no «conhecimento acabado» de *L'Action*.

Abril de 1993

abstraction (object connu).» E um pouco mais à frente prossegue: «*Connaître et connaissance* diffèrent surtout de *croire et croyance* en ce que ces derniers termes impliquent que le motif de l'adhésion ne réside pas dans la clarté directe et intrinsèque de l'object considéré». A *subjectividade* nunca é nem pretende ser eliminada da esfera do conhecimento.

<sup>33</sup> «Connaître, c'est être ce qu'on connaît, c'est le produire, l'avoir, le devenir en soi. *Sumus quod videmus*», *L'Action*, p. 454.

Maria do Céu Patrão Neves, <i>O tema do Conhecimento em L'Action (1893) de Maurice Blondel</i> ... ..	311
Maria Gabriela Teves de Azevedo e Castro, <i>O trágico da Tragédia: A Liberdade</i> ... ..	335
Nicolau de Almeida Vasconcelos Raposo, <i>O âmbito psicossociológico no estudo da relação pedagógica</i> ... ..	355
Walter de Medeiros, <i>A Torre e o Túmulo nas Troianas de Séneca</i> ... ..	381
Michel Renaud, <i>A presença de Maurice Blondel na Filosofia de Claude Bruaire</i> ... ..	391
GUSTAVO DE FRAGA— <i>Elementos biográficos e curriculares</i> ... ..	411



Separata de *ARQUIPELAGO*  
Revista da Universidade dos Açores  
Série **Filosofia** - N.º 4 - 1995  
*HOMENAGEM* ao Prof. Doutor Gustavo de Fraga

MARIA DO CEU PATRAO NEVES

O TEMA DO CONHECIMENTO EM *L'ACTION* (1893)  
DE MAURICE BLONDEL



UNIVERSIDADE DOS AÇORES  
PONTA DELGADA • 1995